



PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review

e-ISSN: 2316-932X

DOI: 10.5585/podium.v1i1.18

Organização: Comitê Científico Interinstitucional

Editor Científico: João Manuel Casquinha Malaia dos Santos

Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Revisão: Gramatical, normativa e de formatação

**A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL BELO-HORIZONTINO: LUTA
POLÍTICA E SIGNIFICADOS SOCIAIS**

**REGULATION TO PROFESSIONAL FOOTBALL, BELO HORIZONTINO: POLITICAL
STRUGGLE AND SOCIAL MEANINGS**

**REGLAMENTO DE FÚTBOL PROFESIONAL, BELO HORIZONTINO: LUCHA
POLÍTICA Y SIGNIFICADOS SOCIALES**

Marcus Vinicius Costa Lage

Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG¹

E-mail: mvclage@gmail.com (Brasil)

Regina de Paula Medeiros

Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universitat Rovira i Virgili, Espanha

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG

E-mail: repameca@pucminas.br (Brasil)

¹ Bolsista FAPEMIG



A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL BELO-HORIZONTINO: LUTA POLÍTICA E SIGNIFICADOS SOCIAIS

RESUMO

A transição do *status* “amador” para o “profissional” atribuído ao jogador de futebol, iniciada em meados de 1920, colaborou para popularizar a prática e o espetáculo deste esporte, que foi considerado durante os primeiros anos do século XX como elemento de distinção social das elites urbanas brasileiras. A regulamentação do futebol profissional brasileiro, e mais precisamente belo-horizontino, promovida pelas principais agremiações esportivas no ano de 1933, é considerada momento central para se problematizar tal transformação, uma vez que a nova orientação resignificou socialmente a prática e o consumo dessa modalidade esportiva. Nesse artigo discutimos o contexto das políticas sociais do Governo Vargas (1930-1945) estabelecendo relações com o movimento de profissionalização do futebol a partir de documentos textuais pesquisados. Ainda com base nessa pesquisa documental, e também utilizando de entrevistas abertas e em profundidade com atores sociais do “campo futebolístico” belo-horizontino, caracterizamos a oferta e a demanda da prática e do consumo do futebol a partir da consolidação do produto “jogo de futebol”, bem como dos debates e das disputas políticas dos dirigentes dos principais clubes de futebol junto à entidade de gestão desse esporte na capital mineira. Com base nas análises empreendidas, defendemos que o arcabouço institucional trabalhista criado por Vargas estimulou a discussão pelo reconhecimento e regulamentação profissional no país, uma vez que as relações existentes entre clubes, atletas e espectadores já caracterizavam o futebol como uma indústria do entretenimento desde meados dos anos 1920, sendo os jogadores, profissionais de fato, não sendo reconhecidos e regulamentados.

Palavras-chave: “Amadorismo Marrom”; Futebol; Profissionalismo; “Rivalidades Clubísticas”; Trabalhismo.



REGULATION OF PROFESSIONAL SOCCER, BELO HORIZONTINO: POLITICAL STRUGGLE AND SOCIAL MEANINGS

ABSTRACT

During the middle 1920's, soccer players transitioned from the "amateur" to the "professional" status. In the beginning of the 20th century, soccer status contained an intrinsic social element distinguishing the Brazilian urban elites, and such transition contributed to the popularization of the practice and the performance of this sport. In 1933, the major sport associations in Brazil officially regulated professional soccer status in the country, and more precisely, in the city of Belo Horizonte. This is considered to be a pivotal moment to question such transformation, since the new regulations give the practice and consumption of this sport modality a new significance. In this paper we discuss the context of the social policies during the government of President Getúlio Vargas (1930-1945), using a documental search to establish relationships within the soccer professionalization movement. Based on this documental search, and using open and detailed interviews with the 'social actors' of the soccer game in Belo Horizonte, we characterize the offer and the demand of the practice and the consumption of the sport. We conduct such characterization using the strength of the 'soccer game' as a product, as well as the political debates amongst the directors of the main soccer teams, and the political entities responsible for managing the sport in the city of Belo Horizonte. Based on our analysis, we defend that the institutional regulation basis created by President Vargas, triggered the discussion for the recognition and official regulation of professional soccer players in the country; whereas since the beginning of 1920's, soccer teams, athletes, and spectators already had characterized soccer as an industry of entertainment, without recognizing or regulating the soccer players, which unquestionably were already professionals.

Keywords: "Amadorismo Marron"; Soccer; Professionalism; Club Rivalries; Regulation.



EL REGLAMENTO DEL FÚTBOL PROFESIONAL BELO-HORIZONTINO: LUCHA POLÍTICA Y SIGNIFICADOS SOCIALES

RESUMEN

La transición del estado de "aficionado" para "profesional" atribuido al jugador de fútbol, iniciada a mediados de 1920, ayudó a popularizar la práctica y el espectáculo de este deporte, que fue considerado durante los primeros años del siglo XX como un elemento de distinción social de las élites urbanas brasileñas. La regulación del fútbol profesional brasileño y, más concretamente belo-horizontino, promovido por los principales clubes deportivos en el año 1933, es considerado un momento central para problematizarse tal transformación, ya que la nueva orientación resignificó socialmente la práctica y el consumo de esta modalidad deportiva. En este artículo se discute el contexto de las políticas sociales del Gobierno de Vargas (1930-1945) estableciendo relaciones con el movimiento de profesionalización del fútbol a partir de documentos textuales investigados. Todavía en base a esa investigación documental, y también por medio de entrevistas abiertas y en profundidad con actores sociales del "campo futbolístico" belo-horizontino, caracterizamos la oferta y la demanda de la práctica del fútbol a partir de la consolidación del producto "juego de fútbol", así como de los debates y de las disputas políticas de los dirigentes de los principales clubes de fútbol junto a la entidad de gestión del deporte en la capital del estado. Con base en el análisis actual, se argumenta que el marco institucional del trabajo creado por Vargas estimuló el debate por el reconocimiento y regulación profesional en el país, una vez que las relaciones existentes entre los clubes, los jugadores y los espectadores ya caracterizaban el fútbol como una industria del entretenimiento desde mediados de los años 1920, siendo los jugadores, profesionales de hecho, no realmente reconocidos y regulados.

Palabras-clave: "Amadorismo Marrom"; Fútbol; Profesionalismo; Rivalidades entre los Clubes; Ideología del Trabajo.



1 INTRODUÇÃO

A expressão “futebol profissional”, ou “profissionalização do futebol” deve ser compreendida no contexto das décadas de 1920, 1930 e 1940 como sinônimo de remuneração dos atletas e auxiliares desportivos através de um contrato firmado entre clubes e os profissionais. O futebolista profissional se opõe ao amador que, em sua essência, pratica a referida atividade por prazer ou lazer. Sociologicamente, o amadorismo esportivo configura-se em uma “filosofia política do esporte” aristocrática e elitista (Bourdieu, 1983) que caracteriza as atividades físicas a partir das noções de desenvolvimento corporal e moral, de higienização social e de formação de caráter dos líderes da nação (Elias, 1985). Em sua essência, o amadorismo preconiza que a prática de qualquer modalidade esportiva possui um fim em si mesmo, não podendo haver qualquer tipo de estímulo ou incentivo aos atletas que não sejam àqueles circunscritos à educação física, quais sejam: o desenvolvimento corporal e moral do ser humano.

Entre os anos de 1920 e 1930 o amadorismo esportivo passou a ser contraposto ao profissionalismo, “filosofia política do esporte” conformada a partir das transformações no sentido dado ao consumo e à prática do futebol, como pode ser observado nos principais autores que abordam esse período histórico, com destaque para o clássico Rodrigues Filho (1964) e os estudos recentes de Caldas (1990), Lopes (1994), Salles (2004), Santos (2010) e Silva (2000).

Destaca-se, nesse sentido, a conformação do universo do futebol como um espetáculo comercial, originando o fenômeno das torcidas, e a “racionalização da preparação” (Bourdieu, 1983) das equipes através dos treinos físicos, táticos e técnicos, almejando a “maximização da eficácia específica” (Bourdieu, 1983), expressa em “vitórias”, “títulos” e “recordes”. Em princípios do ano de 1933, os clubes das principais cidades do Brasil que tinham a modalidade esportiva do futebol como um “campo simbólico” consolidado (Bourdieu, 1989) regulamentaram a profissão do jogador fator este determinante para a mudança de significado social da prática e consumo desse esporte no país.

Entretanto, essa regulamentação não foi aderida por todos os clubes brasileiros. Alguns não reconheceram a legitimidade dessas propostas e nem das novas entidades desportivas, e defendiam a manutenção das antigas associações, federações e ligas amadoras de futebol, evidenciando que a gestão da referida modalidade esportiva se constituía em um campo em disputa. Exemplos de



oposição à profissionalização do futebol foram os casos do *Botafogo Futebol Clube* no Rio de Janeiro, que se manteve fora da liga profissional de futebol por quase dois anos; do *Clube Athletico Paulistano*, que extinguiu sua diretoria de futebol, demoliu seu campo e suas instalações, substituindo-as por quadras de tênis, dedicando-se apenas às modalidades esportivas não profissionais; do *Clube de Regatas Flamengo*, no Rio de Janeiro, e do *America Futebol Clube* em Belo Horizonte, que adotaram a nova categoria esportiva acompanhando as principais agremiações esportivas locais, mantendo, entretanto, suas convicções políticas acerca do amadorismo esportivo.

Independentemente da reação dos clubes, a regulamentação do futebol no Brasil fez eclodir uma tensão política capaz de provocar mudanças na forma de interpretar o referido esporte e de fazer uso do mesmo. Esse contexto motivou um projeto de dissertação de mestrado do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas. O objetivo da referida pesquisa é estudar o significado sociológico da regulamentação da profissão de jogador de futebol e sua repercussão no cenário nacional, e particularmente a reação do *America Futebol Clube*, de Belo Horizonte. Especificamente, nos propomos a analisar a implementação do futebol profissional na realidade social, os debates políticos empreendidos pelos diversos atores sociais do “campo futebolístico” entorno dos *status* “amador” e “profissional” do jogador de futebol e os efeitos da regulamentação profissional para a construção da identidade coletiva do *America Futebol Clube/MG*.

Nossa proposta para este artigo é apresentar os resultados preliminares dos estudos até o momento desenvolvidos. O primeiro aspecto abordado corresponde à influência do contexto político do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), caracterizado pelo corporativismo, trabalhismo e nacionalismo, na intensificação dos debates sobre o reconhecimento e a regulamentação do futebol profissional no país. Em segundo lugar, ressaltamos a consolidação do futebol em Belo Horizonte enquanto um produto a ser comercializado pelos “grandes clubes” da cidade. E, por fim, apresentamos a gestão e organização do futebol como um espaço de disputas políticas entre os principais clubes da capital mineira, por meio de seus representantes/dirigentes. A posição dos atores sociais representantes dos clubes refletia o significado social do futebol e a identidade social das referidas instituições. Nesse último caso destaca-se a questão da “rivalidade clubística” latente a partir da década de 1920.

As conclusões aqui discutidas foram subsidiadas pela metodologia qualitativa por ser mais adequada nos estudos das representações sociais apresentadas nos discursos produzidos,



cotidianamente, pelos diversos atores sociais do “campo futebolístico” belo-horizontino do contexto em questão. Tais discursos estão sendo apreendidos a partir da leitura e análise documental de alguns periódicos que circulavam em Belo Horizonte na década de 1930, quais sejam: o *Estado de Minas*, considerado um periódico de “grande imprensa” ou de “grande circulação”, que tinha uma seção exclusivamente dedicada aos esportes, com destaque para a modalidade do futebol; o *Minas Geraes*, periódico da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; e os periódicos especializados na temática esportiva *Folha Esportiva*, *Goal!* e *O Esporte*; bem como de documentos produzidos por memorialistas da cidade, com destaque para o acervo “Abílio Barreto Produções Intelectuais” (ABPI) do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

Paralelamente, realizamos entrevistas abertas e em profundidade com atores sociais do “campo futebolístico” belo-horizontino ou que em alguma medida guardam memórias daquele contexto específico. A definição da amostra para a realização das entrevistas objetivou contemplar percepções e memórias de diversos atores sociais do “campo futebolístico” do contexto em questão, a saber: 1) dirigentes e sócios do *America*, 2) jornalistas esportivos, 3) ex-atletas e 3) torcedores do referido clube. Para tanto, buscamos pelo menos um ator social que os representasse, partindo do conhecimento que tínhamos das pessoas envolvidas com o *America*.

2 A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945): CORPORATIVISMO, TRABALHISMO, LUTAS SOCIAIS E IDEOLOGIA NACIONAL

A profissionalização do futebol, no contexto em que aqui se destaca, deve ser compreendida como uma iniciativa privada, na medida em que coube aos clubes de futebol regulamentarem tal prática no país através da criação de entidades de organização esportiva específica que tratavam da questão do futebol profissional. Esse processo ocorreu no início de 1933, pioneiramente nos centros carioca e paulista, através da adoção do profissionalismo no futebol pelos principais clubes de futebol e em 1937 pela entidade máxima de organização do futebol brasileiro que era a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) (Silva, 2000).



Acreditamos em duas fortes influências para que os clubes brasileiros defendessem o futebol profissional, a saber: o fato de que tal modalidade esportiva profissional estava regulamentada em princípios da década de 1930 em vários países da Europa e alguns da América do Sul, destacando-se a Argentina, Espanha, Itália e Uruguai, que assediavam os jogadores brasileiros amadores a se profissionalizarem em seus clubes, e ao papel político assumido pelo futebol durante o Governo de Getúlio Vargas alinhado ao projeto político deste presidente em promover direitos sociais atrelados aos trabalhos urbanos.

Durante a Primeira República (1889-1930), os trabalhadores urbanos iniciaram intenso movimento de associativismo e de organização política e social no país, que foi respondido pelos governos que precederam Vargas por meio de leis repressivas “(...) de acordo com o ideário *laissez-fairiano* [que defendia que] fora da ordem do mercado só existia ‘ordem da coação (...)’” (Santos, 1979, p. 73). Em contraposição, a equipe de governo de Getúlio Vargas, assim que assumiu o Poder Executivo no país, lançou o “Programa de Reconstrução Nacional”, cujo décimo quinto item criou a instituição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), “(...) destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural.” (Caldas, 1990, p. 175).

A proposta de criação do MTIC é apontada por Caldas (1990) como “particularmente [importante] para o futebol brasileiro.” (p. 175), uma vez que estimulou os clubes a regulamentarem o futebol profissional no Brasil. Segundo o autor, baseado em Perry (1973), entre 1930 e 1936, foram regulamentadas várias profissões urbanas no país, dentre elas a de jogador de futebol. Apesar disso, é importante destacar que ambos os autores não apresentam em seus textos a legislação federal que regulamentou a profissão de futebolista. Tampouco, encontramos no âmbito das pesquisas realizadas, alguma referência sobre a regulamentação federal do jogador futebol empreendida nesse período.

O reconhecimento dessa profissão por parte do Governo Federal só ocorreu, em 1941, com o Decreto-lei nº 3.199, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas em 14 de abril de 1941², que se prestou a “estabelecer as bases de organização dos desportos em todo o país” por meio da criação de Conselhos Nacional (CND) e Regionais de Desportos (CRD). Em seu artigo 3º, definia-se como uma das competências do CND:

² A regulamentação do futebol profissional no país através de legislação federal só se deu bem mais tarde, através da Lei Federal nº 6.354 de 1976.



“B) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade; (...)” (BRASIL, 1941)

Tal concepção esportiva corroborava os princípios básicos do currículo da educação física europeia que se pautava no “(...) desenvolvimento não só corporal como também moral, relacionada à condução dos destinos e do futuro da nação.” (Melo, 2007, p. 10) Corroborando essa premissa, nesse período, o CND estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.

O mesmo artigo tratava o esporte profissional com certa restrição, sobretudo em relação aos princípios morais. O ponto central dessa “desconfiança” era que a prática esportiva não tomasse a competitividade como fim único nas partidas entre clubes e atletas, ferindo assim aqueles princípios básicos defendidos para o esporte como atividade educativa e de higienização social. Por isso, era “Art. 53 (...) dever das entidades desportivas, que abranjam desportos de prática profissional, organizar a superintendência técnica das atividades amadoras correspondentes, a realizar torneios e campeonatos exclusivamente de amadores.” (BRASIL, 1941)

Apesar de não regulamentar o futebol profissional, destaca-se, a priori, o reconhecimento do Governo Vargas à existência da prática esportiva profissional no país. Além disso, ressalta-se que as políticas públicas implementadas entre 1930 e 1945 no país contribuíram para valorizar a regulamentação profissional. De uma maneira geral, podemos apresentar o golpe de 1930, levado a cabo pelo grupo liderado por Vargas, caracterizado politicamente pela substituição da elite no poder em favor de elementos ideológicos que contribuíram para a construção da identidade nacional e da integração social (Melo, 1999). Assentados nessa corrente ideológica, que tratava as iniciativas do Estado Nacional como frutos da “harmonia e cooperação social” entre as diferentes classes e segmentos sociais, o Governo Vargas intensificou a industrialização e a diferenciação da estrutura econômica do país, ao mesmo tempo em que implantou uma política de proteção ao tradicional setor cafeeiro.

Essas propostas, sobretudo a industrialização do setor produtivo nacional, só foram viabilizadas através da transformação cultural cívica brasileira, sendo o conceito-chave, para compreender este processo, o de “cidadania regulada”, formulado por Santos (1979). Esse conceito de cidadania está atrelado diretamente ao trabalho e a seu aparato institucional promovido pelo



Estado, uma vez que as profissões urbanas reconhecidas e regulamentadas através de legislação específica nesse período passaram a gozar de um arcabouço institucional de direitos sociais. Por isso, a Legislação Social de Vargas passou a ser conhecida como “trabalhismo”.

Destacam-se nesse aparato institucional produzido os seguintes aspectos: em 1932 a criação da Carteira de Trabalho, que funcionava como um resumo de vida do trabalhador; a proibição de trabalho para menores de 14 anos e do trabalho noturno para menores de 16 anos; a instituição da jornada de trabalho no comércio e na indústria de 8 horas; a regulamentação do trabalho feminino com igualdade salarial e algumas proteções à gestante; a regulamentação de algumas profissões através da atuação do MTIC; a criação de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), para garantir a remuneração de aposentadoria e o financiamento de alguns trabalhadores para aquisição da casa própria; em 1933, a criação de Comissões Mistas para a Assembleia Constituinte de 1934, reconhecendo como representantes operários apenas aqueles sindicalizados; em 1934, a criação da Justiça do Trabalho, responsável por realizar a negociação entre empregados e empregadores, como forma de evitar os conflitos sociais e as greves; em 1936 instituiu-se o salário mínimo, que tinha como objetivo satisfazer as “necessidades normais” do trabalhador segundo a região de procedência; dentre outras iniciativas (Gomes, 1988).

Destaca-se que esses benefícios, que foram pauta de reivindicação durante anos do movimento sindical independente, foram promovidos paulatinamente pelo Governo Vargas. Os trabalhadores beneficiados pelas políticas sociais eram aqueles reconhecidos e regulamentados pelo MTIC, excluindo os trabalhadores rurais, que representavam cerca de 97% dos trabalhadores brasileiros (D’Araujo, 2003) sendo, dessa maneira, alijados desse conjunto de políticas públicas. Nesse período, o reconhecimento e a regulamentação profissional estavam na ordem do dia, uma vez que “Só ‘*quem tem ofício*’ – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – ‘*tem benefício*’”. (Gomes, 1988, p. 194)

Em outras palavras, “A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público, definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania.” (Santos, 1979, p. 76) O modelo doutrinário de inspiração dessa regulação trabalhista era o “corporativismo”, que desde as décadas iniciais do século XX era discutido como uma proposta alternativa ao liberalismo e ao comunismo.



A matriz do “corporativismo” reporta ao tempo medieval e está relacionada às corporações de ofício (D’Araujo, 2003; Gomes, 1988). A Idade Média é compreendida nesse projeto político de Getúlio Vargas como um período “(...) exemplar em termos de conciliar hierarquia social, religião e ordem estabelecida.” (D’Araujo, 2003, p. 218), que favorece a crítica ao liberalismo e ao individualismo – produtores das desigualdades sociais e das crises econômicas; e ao comunismo – ideologia de supressão da propriedade privada, de alienação das massas e de combate à religião e à família.

O modelo “corporativista” das décadas de 1930 e 1940 previa que a participação da população deveria se dar através das atividades cívicas e de produção econômica, e não através das ações político-partidárias. Por isso, foi dado destaque aos eventos culturais direcionados para a população em geral, o que antes era privilégio das elites. Por exemplo: a comemoração do dia do trabalhador era feita com música, dança e atrativos variados motivando a participação popular (Caldas, 1990).

Destaca-se nesse sentido, o uso do “campo futebolístico” pelo Governo Vargas como forma de defender e difundir seu projeto político e ideológico. O *Estádio São Januário* de propriedade do *Clube de Regatas Vasco da Gama*, construído e inaugurado em 1927 como o maior da América do Sul, foi palco de vários atos cívicos do Estado Getulista, dentre eles o encerramento do Primeiro Congresso Nacional de Educação, promovido pelo Ministério da Saúde e Educação em 1935, e a assinatura da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, ambos com a presença do chefe máximo do Estado, Getúlio Vargas.

A apropriação do “campo futebolístico” pelo Governo para propagandear a ideologia trabalhista e corporativista se justificava, em grande medida, já que a prática e o consumo desse esporte em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, desde a década de 1920, se caracterizavam como um dos fenômenos urbanos de entretenimento e lazer de maior prestígio popular.

Vários são os exemplos que comprovam a popularidade que o futebol possuía na década de 1920, dentre os quais se destacam: o *Campeonato Brasileiro de Seleções de Futebol* promovido, desde 1922, pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), órgão máximo de organização do futebol no país; o crescente aumento do público pagante nas competições de futebol, com a construção de grandes praças esportivas, como o caso paradigmático do *Estádio São Januário* no



Rio de Janeiro; a formação de “assistências”, de “adeptos” ou de “torcidas” de um clube de futebol, contribuindo para aumentar as rivalidades entre as agremiações esportivas e a competitividade, e a consolidação da prática de gratificações e compensações financeiras ou materiais aos jogadores, considerada ilícita pelas entidades de organização dos esportes, adotadas pelos principais clubes como incentivo a alcançar melhores resultados nas competições³. Em suma, o futebol ocupava um espaço cada vez maior no “(...) cotidiano das camadas mais modestas da população” (Caldas, 1990, p. 189).

A atuação da imprensa pode ser compreendida também como uma das responsáveis por essa resignificação do futebol como demonstra Lopes (1994) a respeito da biografia de Mário Filho. Após o início da radiodifusão das partidas a partir de 1930 e da criação de um jornalismo esportivo impresso com grande destaque nos periódicos de “grande circulação”, aproximou ainda mais esse universo do grande público (Toledo, 2000), tornando o futebol elemento da “(...) cultura lúdica do povo brasileiro (...)” (Caldas, 1990, p. 189).

Esses eventos, somados à política de regulamentação profissional e a consequente garantia de direitos sociais nos remete à proposta de Elias (2001) de compreender as transformações sociais do contexto histórico como estímulo à gênese de novas profissões, no caso, a de jogador de futebol. As principais características no consumo e prática do futebol a partir da década de 1920 estão circunscritos à sua popularização e à sua conformação enquanto um produto comercial da indústria do entretenimento, ou, como defende Bourdieu (1983), como indústria do espetáculo esportivo. Segundo esse autor, tal fator é caracterizado pela tensão entre a oferta e a demanda social: o público exige melhor desempenho nos jogos, ao passo que os clubes aprimoraram os treinamentos e ofertam melhores “quadros”⁴ de futebol.

Tais aspectos são considerados como ressignificações sociais desse esporte, uma vez que o futebol teria sido uma das modalidades esportivas que mais era identificada como “(...) símbolo de modernidade e civilização, meio de distinção social e instrumento de pedagogia física e moral das

³ Essa prática foi conhecida como “amadorismo marrom” ou “profissionalismo marrom”, uma vez que não se constituía nem em amadorismo clássico, caracterizado pela prática esportiva isenta de qualquer tipo de compensação financeira ou remuneração, nem em um regime profissional, baseado em contratos de trabalho com previsão de pagamentos de ordenados periódicos.

⁴ “Quadros” de futebol são sinônimos de “equipes”, “times”.



massas” (Silva, 2006, p. 23) pelas elites urbanas brasileiras do final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

A distinção social se fazia presente pelo estilo anglófilo com que era revestido a prática do futebol, como por exemplo, na comunicação entre os jogadores durante as partidas de futebol, feita essencialmente em inglês; nas confraternizações após essas partidas marcadas por cânticos ingleses tradicionais e pelo consumo de *whisky*, bebida tipicamente britânica (Lopes, 1994). A base dos pioneiros clubes de futebol, bem como das primeiras entidades de organização da prática desse esporte no país se assentava, portanto, na “filosofia política” do amadorismo esportivo.

A popularização e espetacularização do futebol deram novos significados sociais ao mesmo. A origem social do jogador não era mais uma preocupação, mas sim suas qualidades técnicas. Por isso, da mesma maneira que os espectadores se diversificaram socialmente, os praticantes do futebol passaram a ser oriundos de diversos meios sociais.

Para Santos (2010), a possibilidade de lucrar e acumular capital com o futebol fortaleceu dois objetivos centrais dos clubes cariocas: 1) aumentar a distância hierárquica entre “clubes grandes” e “clubes pequenos”⁵; e 2) prestigiar os dirigentes dos “grandes clubes”. No primeiro caso, tal distância seria sustentada pela construção de grandes praças esportivas, por equipes montadas com jogadores de destacada qualidade técnica que tinham estrutura adequada para treinamentos, uma vez que os associados do clube e seus dirigentes empregavam os principais atletas, com bons salários e condições de trabalho menos rígidas, permitindo que os mesmos se dedicassem exclusivamente à prática do futebol. Ao mesmo tempo, o segundo objetivo era alcançado tendo dirigentes prestigiados socialmente, de destaque na imprensa e com influências políticas, que se portavam como detentores dos órgãos de poder do futebol.

Conforme salientado, apesar de não ser o responsável direto por efetivar a regulamentação do futebol profissional, o Governo Vargas contribuiu sobremaneira para que alguns dos principais clubes cariocas, paulistas e também mineiros, organizados nas associações, federações e ligas locais, defendessem a profissionalização no futebol. Consideramos que o projeto político varguista estimulou tais discussões, uma vez que encontramos defesas da regulamentação do futebol

⁵ Os “clubes grandes” se caracterizavam como aqueles localizados em áreas privilegiadas da cidade, que exigiam mensalidades caras e eram frequentados pela elite urbana. A prática esportiva nesses clubes promovia “lucros de distinção” social, nos termos de Bourdieu (1983). Os “clubes pequenos”, por sua vez, eram aqueles localizados em áreas suburbanas, caracterizados por associados da classe média e/ou trabalhadora.



profissional pautadas na garantia de direitos básicos aos atletas. Como exemplo tem-se a proposta do presidente do *Fluminense Futebol Clube* do Rio de Janeiro⁶ que defendia piso e teto salarial para os jogadores de futebol profissional (Estado de Minas, 24/01/1931, p. 6) e também do presidente da extinta *Liga Carioca de Football Profissional* que acreditava que a regulamentação do profissionalismo no futebol garantiria ao atleta assistência médica e aposentadoria (ESTADO DE MINAS, 02/01/1931, capa).

3 A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL BELO-HORIZONTINO: CONSOLIDAÇÃO DO PRODUTO “JOGO DE FUTEBOL” E A LUTA POLÍTICA PELA ORGANIZAÇÃO DESPORTIVA MINEIRA

Apesar de guardar várias especificidades, sobretudo em relação aos primeiros anos de introdução e difusão da prática esportiva⁷, o futebol belo-horizontino da década de 1920, assim como o carioca e o paulista, pode ser considerado como um “campo simbólico” consolidado, em vias de popularizar-se e comercializar-se. Os “grandes clubes” desse período se resumiam a duas agremiações fundadas com características semelhantes, representantes da elite urbana local (*America Futebol Clube* e *Clube Athletico Mineiro*) e duas outras agremiações formadas por empresários e operários (da mina de ouro *Saint John Del Rey* no município de Nova Lima/MG, vizinha à Belo Horizonte, *Villa Nova Athletico Clube*; e da colônia italiana, *Sociedade Esportiva Palestra Itália*).

As primeiras menções dos atores sociais do “campo futebolístico” belo-horizontino ao futebol profissional só foram encontradas às vésperas de sua regulamentação pelos clubes cariocas e paulistas, mais precisamente em janeiro de 1933. Entretanto, acreditamos que isso não exclui o fato de que o futebol comercializável e alguns traços do regime profissional eram uma realidade na cidade, assim como nos demais centros urbanos que o regulamentaram no referido ano.

⁶ Apesar de parecer um pleonasma dizer *Fluminense* da cidade do Rio de Janeiro, optamos por tal redação uma vez que em Belo Horizonte também havia um clube de futebol de mesmo nome.

⁷ A respeito dessas particularidades belo-horizontinas, ver dissertações de Couto (2003) e Ribeiro (2007).



Segundo o memorialista Abílio Barreto, em meados de 1911, quando ainda não havia competições regulares de futebol em Belo Horizonte, iniciadas a partir de 1914 com a disputa da “Taça Bueno Brandão”, o “O Yale [*Athletic Club*] jogando contra o *Morro Velho* [*Athletic Club*] cobra ingressos pela primeira vez” (ABPI 7/061, s/d). A venda de ingressos para assistir aos jogos de futebol deve ser entendida aqui através de duas perspectivas: ao mesmo tempo em que selecionava o público a partir do poder aquisitivo, também possibilitava que o jogo de futebol se constituísse em um produto comercializável, gerando receitas para os clubes e entidades que o promoviam.

Até 1922, todos os jogos de futebol oficiais em Belo Horizonte eram disputados no campo do *Prado Mineiro*, construído e gerenciado pela empresa *Sociedade Prado Mineiro* em 1907 (ABPI, 4/012, s/d) para receber o *turfe* na cidade. Dotado de instalações destinadas a acomodar o público e com área gramada, o *Prado Mineiro* recebeu as primeiras competições de futebol disputadas na cidade até que o *America*, hegemônico nas competições locais, tendo-as vencido consecutivamente entre 1916 e 1925, murou e construiu arquibancadas de madeira com e sem cobertura em sua praça de esportes em 1922, edificando assim o principal estádio de futebol da capital mineira. A inauguração oficial do estádio *americano* em 1923 aconteceu com o jogo amistoso entre os dois *America*: o de Belo Horizonte e o carioca, que, à época, era o campeão da Guanabara.

O *America* realizou ainda mais um amistoso interestadual no referido ano que merece ser destacado. A disputa foi promovida pelo *Centro Colonia Portuguesa* de Belo Horizonte que convidou o clube carioca *Vasco da Gama*, equipe de destacada qualidade técnica e que liderava a competição guanabarina daquele ano. O *Vasco da Gama* de 1923 é apontado pela literatura como caso paradigmático para se compreender as transformações do *status* “amador” e “profissional” no futebol carioca, uma vez que praticava o “amadorismo marron” de forma radical, como demonstram Caldas (1990), Silva (2000) e, sobretudo, Santos (2010).

Outro amistoso realizado em 1923 ocorreu entre *Palestra Itália* de Belo Horizonte e *Flamengo* do Rio de Janeiro, para inaugurar o estádio *palestrino*, construído com auxílio da colônia italiana belo-horizontina, associados e/ou jogadores do clube (OP, 1986). O *Flamengo*, clube convidado pelo *Palestra Itália*, havia conquistado o campeonato de futebol da cidade do Rio de



Janeiro de 1920 e 1921, além de ter terminado na segunda colocação nos dois anos seguintes, configurando-se, portanto, em uma das equipes mais destacadas de futebol daquele centro urbano.

Amistosos interestaduais com equipes campeãs ou de destaque nos campeonatos carioca e paulista passaram a ser constantes a partir de então com o objetivo de inaugurar estádios belo-horizontinos ou algumas benfeitorias das praças de esportes dos clubes de futebol local. Em 1929, por exemplo, o *Athletico* inaugurou seu estádio com capacidade entre cinco mil (Zillner, 1997) e dez mil pessoas (Silveira, 2006) em partida amistosa interestadual com o *Sport Club Corinthians Paulista*, tricampeão paulista de futebol entre 1928 e 1930. Nesse mesmo ano, o *America* inaugurou novo estádio, uma vez que o anterior havia sido desapropriado pela Prefeitura Municipal para edificação do *Mercado Central*, disputando uma partida amistosa contra o *Fluminense Futebol Clube* do Rio de Janeiro, principal defensor do profissionalismo no futebol carioca.

Os amistosos interestaduais se constituíam em eventos que reforçava o prestígio dos “grandes clubes” neles envolvidos e, ao mesmo tempo, eram também oportunidades para os clubes aumentarem suas receitas decorrentes da venda de ingressos. Em 1933, por exemplo, em nota “A visita do *São Paulo F. C.* a Buenos Aires” explicitava-se que os clubes recebiam quantias em dinheiro para realizar tais exibições. No caso, o *São Paulo* receberia do *Club Athletic River Plate* da Argentina a quantia de 50:000\$000 (ESTADO DE MINAS, 02/02/1933, p. 6).

Não era apenas em relação aos estádios que a oferta do produto “jogo de futebol” se consolidava na capital mineira. A partir de 1926, o *Athletico* e o *Palestra Itália* iniciam a prática do “amadorismo marrom”, como forma de montarem equipes mais competitivas, quebrando assim a hegemonia de dez conquistas consecutivas do *America* no campeonato da cidade entre 1916 e 1925 (Couto, 2003).

Silveira (2006) é ainda mais enfática nesse sentido ao apresentar que, em 1925, o *Athletico* realizou a primeira “transação” de jogadores no futebol brasileiro, inscrevendo Carlos Brant junto à liga local, *center-half*⁸ que antes jogava pelo *Sete de Setembro Futebol Clube* de Belo Horizonte. A “transação” teria custado uma bola da marca *olympic* e o *Athletico* conquistou o bicampeonato local nos anos de 1926 e 1927.

⁸ Posição no jogo que atualmente se assemelha a do volante.



Barreto e Barreto (2000) apresentam, por sua vez que, em 1927, o *Palestra Itália* de Belo Horizonte inscreveu quatro jogadores que se apresentavam pelo *Palestra Itália* de São Paulo, a saber: Morganti, Morgantinho, Carazzo e Osti. E ainda, nesse mesmo ano, contratou também o ex-técnico da Seleção Paulista e da Seleção Brasileira de Futebol, Matturi Fabbi. Tal investimento lhe rendeu o tricampeonato de futebol da cidade entre 1928 e 1930. Carazzo, por exemplo, se constituía no “amador marrom” clássico, sendo empregado por industriais da colônia italiana, como demonstra a apresentação de uma entrevista concedida pelo atleta a um periódico de “grande circulação” de Belo Horizonte às vésperas de jogo do campeonato da cidade, disputado contra o *Athletico*: "(...) Carazzo, o inteligente e habil 'mestre' da pelota, foi surpreendido quando desempenhava a sua profissão na fabrica de moveis da firma Irmãos Gardini, á rua Curityba." (ESTADO DE MINAS, 02/06/1931, p. 6)

A oferta cada vez mais ampliada e caracteristicamente comercializada dos jogos de futebol em Belo Horizonte, entre meados da década de 1920 e os primeiros anos da década de 1930, respondiam à demanda igualmente alta da sociedade belo-horizontina em relação ao espetáculo promovido com esse esporte. Anunciando partida amistosa entre *Athletico* e *Sete de Setembro* no verão de 1931, estação do ano que comumente é marcada por chuvas torrenciais e constantes em Belo Horizonte, um periódico de “grande circulação” demonstrava que o futebol se constituía na principal diversão para o público belo-horizontino:

Tardes de aviação, meetings políticos, batalhas de confetti, corridas de cavalo, embarques e desembarques de heroes da revolução. Tudo isso anunciado com antecedencia. Vem a chuva e zás. O fracasso é inevitável e nem siquer o nosso povo toma conhecimento do facto.

A única cousa que se pode anunciar na capital, sem temer fracasso e consequências desagradaveis é o football. Isso sim. Nem que chova canivetes. O facto é que o horizontino, essencialmente o footballer, nunca deixa de comparecer aos nossos campos de sports, por mais desinteressantes que sejam as partidas. (ESTADO DE MINAS, 03/02/1931, p. 6)

O público dos jogos de futebol em Belo Horizonte deve ser compreendido nesse contexto de meados da década de 1920 através da inclusão das “rivalidades clubísticas” e do “pertencimento clubístico”, como forma de obter lucro e renda (Souza Neto, 2010). Em partida amistosa disputada entre *America* e *Villa Nova* no estádio *americano*, cerca de trezentos torcedores de Nova Lima se deslocaram a Belo Horizonte (ESTADO DE MINAS, 25/10/1931, p. 8), em uma demonstração de que a “identidade clubística” era, ao mesmo tempo, corolário e motor da popularização do futebol.



Nesse sentido, as “rivalidades clubísticas” entre *America*, *Athletico*, *Palestra Itália* e *Villa Nova* eram mais um ingrediente que contribuía na venda dos jogos de futebol. A imprensa teve atuação destacada na construção dessas disputas clubísticas. Como nos apresentaram os entrevistados Paiva (2012) e Raso (2012), o locutor esportivo da *Rádio Guarani*, Álvaro Celso de Azevedo, conhecido como Babaró, contribuiu para popularizar os jogos entre *America* e *Athletico* na década de 1920, cunhando a expressão “clássico das multidões” para se referir aos confrontos entre as duas agremiações.

Entre os anos de 1931 e 1933, às vésperas da regulamentação do futebol profissional, a “rivalidade clubística” foi a tônica da organização política desportiva belo-horizontina. Assim como defende Santos (2010) para o caso carioca, os dirigentes dos “grandes clubes” de futebol de Belo Horizonte se portavam como detentores dos órgãos de poder desse esporte, sendo, em grande medida, apoiados pela imprensa local que dava destaque para suas ações junto à Liga Mineira de Desportos Terrestres (LMDT).

Especificamente em 1931, a Liga era presidida por Anibal Matos, que também era presidente do *Athletico* na ocasião. Dessa maneira, as tensões clubísticas existentes nas competições futebolísticas promovidas pela Liga, representadas em formato de rivalidades, se afloravam na própria direção da entidade desportiva em questão. Durante a disputa do campeonato da cidade do referido ano, um grupo de clubes liderado pelo *America*, principal rival do *Athletico*, se opôs às decisões de punição a atletas e à seleção de atletas mineiros para o 8º Campeonato de Brasileiro de Seleções organizado pela CDB.

Esse fato, agregado a outras questões, fizeram com que, em 28 de setembro daquele ano, a sede da Liga fosse invadida por um grupo descontente, apresentando um ofício de deposição da diretoria. O fato foi transformado em manchete jornalística pelo *Estado de Minas* que, em sua chamada apontava o *America* como principal articulador do movimento e evidenciava a “rivalidade clubística” latente no cenário futebolístico belo-horizontino:



Figura 1 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Setembro de 1933



Fonte: ESTADO DE MINAS, 1931, p. 8.

Os principais clubes foram punidos financeiramente e com exclusão da LMDT por essa iniciativa. Em março de 1932, os clubes “excluídos” da Liga fundaram nova entidade de organização desportiva local, tendo sido acompanhados ainda pelo *Palestra Itália* que se desentendeu com o *Athletico* na final do Campeonato de 1931, e o *Grêmio Ludopédio Carlos Prates*. A nova entidade denominada Associação Mineira de Esportes Gerais (AMEG), também amadora, coexistiu com a LMDT até princípios de 1933, quando os clubes, enfim, decidiram por unificar a gestão do futebol belo-horizontino e as competições esportivas do cidade mais uma vez (ESTADO DE MINAS, 22/01/1933, p. 8).

A “pacificação”, como assim foi apresentado o movimento de unificação entre as agremiações esportivas, deu origem à Federação das Associações Mineiras de Athletismo (FAMA) em substituição a Associação Mineira de Athletismo (AMA), responsável pelas diversas modalidades esportivas praticadas na cidade e no Estado de Minas Gerais, com exceção do futebol.

Para o caso dessa modalidade, houve um embate entre dois grupos, sobre o nome da nova entidade. Estes grupos eram divididos entre: aqueles filiados à LMDT, representados pelo presidente do *Athletico*, que defendiam Associação Mineira de Esportes (AME); e os clubes considerados “dissidentes” e filiados à AMEG, representados pelo presidente do *America*, propunham e sustentavam que a nova entidade fosse Liga Amadora de Futebol (LAF). Venceu a segunda opção, que explicitava a “filosofia política” amadorista defendida para o futebol poucos meses antes dos cariocas regulamentarem a profissionalização desse esporte. Definiu-se ainda que os Estatutos da nova Liga fossem copiados da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA) carioca, com as adequações necessárias.

No início do ano de 1933, preocupados com a “pacificação” política da gestão esportiva local, a questão da profissionalização do futebol, que estava em intenso debate entre clubes e



entidades desportivas cariocas e paulistas, ainda não estava explícita no território mineiro. Paralelamente, os principais atletas dos “grandes clubes” belo-horizontinos eram cada vez mais assediados por clubes cariocas, paulistas e italianos. Esse assédio se intensificou, em grande medida, a partir da oficialização do futebol profissional no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma vez que os clubes desses centros urbanos passaram a recrutar amadores de destacada qualidade técnica de entidades desportivas amadoras do país.

Os clubes mineiros que antes se opuseram à criação da LAF, e mesmo os que defendiam a proposta do amadorismo sustentada pelo *America*, optaram, após a realização de duas reuniões em 30 maio de 1933, pelo reconhecimento e pela regulamentação da profissionalização em Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais. Através das fontes jornalísticas, foi possível constatar que o *Athletico*, o *Palestra Itália* e o *Tupy*, este último da cidade de Juiz de Fora, foram os adidos defensores dessa causa.

Após o reconhecimento e regulamentação do futebol profissional em Minas Gerais, a LAF foi substituída pela Associação Mineira de Esportes (AME), nomenclatura esta que já havia sido sugerida pelo *Athletico* em janeiro de 1933. A nova entidade reconheceu tanto o futebol profissional quanto o amador, sendo, cada um deles organizado por uma Liga própria associada à AME.

A Liga Profissional era composta pelos “clubes natos”, assim considerados por terem participado das reuniões de 30 de maio, a saber: *America*, *Athletico*, *Palestra Itália* e *Villa Nova*, além do *Retiro* de Nova Lima e do *Siderúrgica* de Sabará. De acordo com o estatuto dessa Liga, as exigências para que um clube participasse dessa divisão profissional era que tivesse

“(…) praça de esportes confortáveis, com capacidade para 1.000 espectadores, no mínimo, fechada, campo gramado que obedeça às dimensões regulamentares, e que apresentem as suas esquadras em magnífica ‘performance’, de maneira a poder competir, com os grandes clubes.” (ESTADO DE MINAS, 31/05/1933, p. 9)

Com isso, demonstram-se claramente a necessidade de se comercializar as partidas de futebol para sustentar o projeto de profissionalismo.

De acordo com essas exigências, percebe-se que a principal preocupação dos “grandes clubes”, que eram os mesmos considerados “clubes natos”, era que os demais clubes interessados no futebol profissional dispusessem de “(...) condições financeiras que os habilitem aos encargos da situação a ser adquirida.” (Estado de Minas, 31/05/1933, p. 9).



Para aqueles que ainda não possuíam essas condições, havia a Liga Amadora, que passou a ser conhecida como Segunda Divisão e era composta dos clubes suburbanos, tal como apresentado pelo entrevistado Paiva (2012), e dos antigos quadros amadores dos clubes filiados à LAF que passaram a disputar as partidas preliminares dos jogos profissionais (ESTADO DE MINAS, 03/09/1933, p. 10). Paiva (2012) também nos indicou que, com base nessa definição, tanto a segunda divisão, quanto os clubes suburbanos permaneceram amadores “(...) por muito tempo (...)”.

Destaca-se que, mesmo que os clubes que tivessem seus quadros de futebol profissional poderiam ter também seus quadros amadores, devidamente fiscalizados pela AME que não aceitava sequer a existência da prática do “amadorismo marrom” entre os mesmos. Mas, a realidade demonstraria que tal prática estava longe de ser cessada. E ainda, que a forma como ela havia se desenvolvido na década de 1920 antes mesmo do reconhecimento e regulamentação do futebol profissional em Minas Gerais, fez com que as propostas políticas assentadas em maio de 1933 viessem apenas oficializar a categoria de jogador de futebol profissional que existia de fato no futebol belo-horizontino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa realizada nos permite concluir que as bases para a prática profissional do futebol estavam presentes em Belo Horizonte desde meados da década de 1920, quando os “grandes clubes” se sustentavam das rendas de partidas amistosas ou oficiais. Concomitantemente, observamos que, frente a uma demanda do público pelo jogo de futebol cada vez maior, esses clubes aprimoravam suas praças esportivas, por meio da construção de estádios de futebol, e também a qualidade técnica de suas equipes, através da contratação, remuneração e gratificação financeira e/ou material concedida a seus atletas.

Entendemos ainda que a tensão entre oferta e demanda do consumo do futebol acompanhou as mudanças macroestruturais do país, identificadas na intensificação da urbanização, da diversificação do setor produtivo, da industrialização e da conformação de consumidores na sociedade. Tais transformações se traduziram no “campo futebolístico” na resignificação da prática e do consumo dessa modalidade esportiva, sendo o debate da regulamentação do futebol profissional um dos aspectos centrais.



O projeto político varguista, caracterizado pela promoção de direitos sociais vinculados aos ofícios urbanos reconhecidos e regulamentados pelo MTIC e a conformação de uma nova cultura cívica nacional contribuíram, em grande medida, para que diversos atores sociais do “campo futebolístico” defendessem o profissionalismo nas entidades de gestão do futebol. O intensificar dos debates e propostas dos dirigentes esportivos culminou assim, na criação de Ligas e entidades que regulamentavam e promoviam o futebol profissional em diversos centros urbanos brasileiros, como, no caso em questão, na cidade de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1983) *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada.
- _____. (2008) *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk.
- _____. (1989) *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.
- Barreto, P.; Barreto, L. O. T. (2000) *De Palestra e Cruzeiro, uma Trajetória de Glórias*. Belo Horizonte: s.n.
- Caldas, W. (1990) *O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro (1894-1933)*. São Paulo: IBRASA.
- Couto, E. de F. (2003) *Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927)*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- D’Araujo, M. C. (2003) Estado, classe trabalhadora e políticas sociais In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 213-240.
- Elias, N. (2001) Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana* [online]. 7 (1): 89-116.
-



- Elias, N. (1985) Introdução. In Norbert Elias & Eric Dunning (orgs.). *A Busca da Excitação*. (pp. 39-99). Lisboa: DIFEL, (Coleção Memória e Sociedade)
- Gomes, A. de C. (1988) *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Lopes, J. S. L. (1994) A vitória do futebol que incorporou a pelada. *Revista da USP*, 22: 65-83.
- Melo, M. A. (1999) As sete vidas da agenda pública brasileira. In Elizabeth Melo Rico (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. (pp. 11-28) São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais.
- Melo, V. A. (2007) *Dicionário do Esporte no Brasil. Do século XIX ao início do século XX*. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Decania do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ.
- Perry, V. (1973) *Futebol e legislação: nacional e internacional*. São Paulo: Edição do Autori.
- Ribeiro, R. R. (2007) *A Bola Em Meio A Ruas Alinhadas E A Uma Poeira Infernal: Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Rodrigues Filho, M. (1964) *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Salles, J. G. do C. (2004) *Entre a paixão e o interesse – O amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro*. Tese de Doutorado em Educação Física. Universidade Gama Filho, Programa de Pós Graduação em Educação Física.
- Santos, J. M. C. M. (2010) *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica.
- Santos, W. G. dos (1979). *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Silva, E. J. da. (2000) *Bola na Rede - O Futebol Em São Paulo e no Rio de Janeiro: Do Amadorismo À Profissionalização*. Dissertação de mestrado História. UNESP – Assis, São Paulo.
-



Silva, M. R. da. (2006) *Mil e Uma Noites de Futebol*. O Brasil moderno de Mário Filho. Belo Horizonte: Editora UFMG

Silveira, B. (2006) *Os Donos da Bola. Ou histórias e lendas do futebol em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. da Autora.

Souza Neto, G. J. de (2010) *A Invenção Do Torcer Em Bello Horizonte: Da Assistência ao Pertencimento Clubístico (1904-1930)*. Dissertação de Mestrado em Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação.

Toledo, L. H. de (2000) *Lógicas no futebol. Dimensões Simbólicas de Um Esporte Nacional*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Ziller, A (1997) *Enciclopédia Atlético de Todos os Tempos. A vida, as lutas, as glórias do Clube Atlético Mineiro, o Campeoníssimo das Gerais*. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato.

FONTES

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

BRASIL. **Lei nº 6.354, de 02 de setembro de 1976**. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências.

ACERVOS DE DOCUMENTOS TEXTUAIS

A. Biblioteca do Museu Histórico Abílio Barreto
Abílio Barreto Produção Intelectual (ABPI) – 7/061; 4/012
Ordem dos Pioneiros (OP) – 1986



ENTREVISTAS

- A. RASO, Afonso Celso. **Afonso Celso Raso**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador: Marcus Vinicius Costa Lage. Belo Horizonte, 2012.
- B. PAIVA, Carlos. **Carlos Eduardo Paiva de Oliveira**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador: Marcus Vinicius Costa Lage. Belo Horizonte, 2012.

PERIÓDICOS

- A. Jornais Oficiais: *Minas Geraes* (1931-33)
- B. Jornais de Grande Imprensa: *Estado de Minas* (1931-1935)
- C. Jornais Esportivos: *Folha Esportiva* (1930); *Goal!* (1930); *O Esporte* (1936)

Data do recebimento do artigo: 02/04/2012

Data do aceite de publicação: 15/05/2012